



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Senado Federal, 22 de abril de 2025.

Ref. 200.006279/2025-45

Senhora Chefe do SEELAC,

Em atenção ao Despacho de NUP 100.067203/2025-14 desse SEELAC, restituímos os autos com as informações solicitadas.

Minuta do Edital (NUP 100.066939/2025-75)

NOTA ao órgão técnico 1: *“pede-se ao órgão técnico para informar se já foi aprovada a dispensa de elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP para a contratação em tela, e caso tenha sido aprovada, juntar aos autos a cópia da Ata da Reunião do Comitê com a respectiva dispensa.”*

Providência: A dispensa do Estudo Técnico Preliminar foi deferida pelo Comitê e está expressa no final das fls. 8, 9 e 10 do documento de NUP 200.006279/2025-45 (VOLUME 1), a título de observação. Entretanto, não encontramos no BASF a ata resultante da reunião que deliberou acerca da dispensa. No ano de 2025, consta publicada apenas a Ata da 1ª Reunião, que ocorreu em 13/2/2025, publicada no BASF em 28/2/2025.

NOTA ao órgão técnico 2: *“Consta nos autos versão preliminar do Mapa de Riscos (00100.058718/2025-23) no entanto, entende-se recomendável avaliar a necessidade de atualização do documento ...”*

Providência: Atualizamos o Mapa de Riscos, conforme consta no formulário de NUP 100.068462/2025-62.

NOTA ao órgão técnico 3: *“recomenda-se ao órgão técnico complementar a justificativa para a utilização do critério de adjudicação constante do subitem 2.5.1 do TR, nos termos do disposto na Súmula nº 247 do TCU1. Caso haja complementação, o TR deverá ser ajustado”.*

Providência: Alteramos a redação do item 2.5.1 do TR no sentido da complementação da justificativa.

NOTA ao órgão técnico 4: *“recomenda-se ao órgão técnico suprimir menção ao termo “grupo” ou “grupo único” ao longo do TR, a fim de evitar dúvidas durante a instrução por outros órgãos instrutórios, visto que a adjudicação será pelo “menor preço global”*

Providência: Todas as referências feitas a “grupo” ou “grupo único” foram retiradas do





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

TR.

NOTA ao órgão técnico 5: *“considerando o valor estimado da contratação, sugere-se ao órgão técnico substituir os textos constantes dos subitens 2.8.1 e 2.8.2 do TR para “Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, haja vista o valor estimado da contratação ser superior a renda bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021”.*”

Providência: Suprimimos os textos originais dos itens 2.8.1 e 2.8.2 do TR e acrescentamos nova redação ao item 2.8.1.

NOTA ao órgão técnico 6: *“consta no SENIC que o valor autorizado para a contratação em tela é de R\$ 16.500.000,00, contudo a pesquisa de preços (NUP 00100.064382/2025-38) estimou a contratação em R\$ 81.621.450,00. Assim sendo, recomenda-se ao órgão técnico providenciar adendo junto ao Comitê de Contratações, para contemplar todo o valor estimado da despesa. Impende ressaltar que, conforme decisão publicada no BASF de 39/2019, foi deliberado que caso o valor estimado ultrapasse 25% do valor autorizado por aquele Comitê, deverá ser realizado ajuste por meio de adendo ao SENIC.)”.*

Providência: Foi submetido o adendo de número 876 ao Comitê de Contratações, solicitando acréscimo ao valor anteriormente autorizado.

NOTA ao órgão técnico 7: *“no que tange à marca de referência, pede-se ao órgão técnico para incluir no Termo de Referência, a justificativa para a utilização das marcas de referências apontadas para os itens 1 e 2 da contratação, em atendimento ao disposto no art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 6º, II, do Anexo III do ADG nº 14/2022.)”*

Providência: A justificativa foi inserida abaixo da tabela do item 3.1 do anexo II do TR.

NOTA ao órgão técnico 8: *“no que tange aos sensores de estacionamento, pergunta-se ao órgão técnico se o veículo deverá ter os sensores de estacionamento dianteiro e traseiro? Caso haja alteração, o TR deverá ser ajustado.”.*

Providência: Acrescentamos a palavra “traseiro” à especificação do veículo contida no item 1.1, do ANEXO I.

NOTA ao órgão técnico 9: *“pergunta-se ao órgão técnico se haverá exigência de cor para o veículo adaptado? Caso haja alteração, o TR deverá ser ajustado.”.*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Providência: O veículo adaptado poderá ser fornecido nas cores branca ou preta. O item 1.1, do ANEXO I, do TR foi alterado.

NOTA ao órgão técnico 10: *“em que pese o órgão técnico ter dito no item 2.1 do Anexo II Termo de Referência que, a estimativa de quilometragem foi baseada nas médias de utilização do Contrato nº 81/2023, recomenda-se ao órgão técnico inserir nos autos, documentação que demonstre a demanda solicitada, em atendimento aos Relatórios de Auditoria da Casa.”.*

Providência: Inserimos o relatório de quilometragem que acompanha as faturas mensais de pagamentos.

NOTA ao órgão técnico 11: *“sugere-se ao órgão técnico substituir o trecho destacado acima por “para a categoria”, uma vez que não há grupo. Caso haja concordância, o TR deverá ser ajustado.”.*

Providência: Incluímos a expressão “para a categoria” no item 7.1.15 do TR.

NOTA ao órgão técnico 12: *“constam nos subitens 7.4.8 e 7.4.9 do TR, as disposições destacadas acima, como sendo “obrigação do contratante”, contudo entende-se, salvo melhor juízo, que as mencionadas obrigações devem ser atribuídas à contratada. Informa-se que o ajuste já foi feito no contrato, sendo assim, pede-se ao órgão técnico para efetuar os respectivos ajustes no TR, de modo que as citadas exigências constem do item referente às obrigações da contratada.”.*

Providência: os itens 7.4.8 e 7.4.9 foram extraídos do TR, pois as redações já constam nos itens 7.3.1 e 7.3.2.

NOTA ao órgão técnico 13: *“pede-se ao órgão técnico para ratificar a inclusão do termo destacado acima, caso haja concordância, o TR deverá ser ajustado.”.*

Providência: Acatando a sugestão, a palavra “novos” foi incluída no item 6.1 do TR. Abaixo dessa Nota 13 do Edital, “...para o item 2...” a quilometragem deve ser alterada de 60.00 km para 70.000 km.

NOTA ao órgão técnico 14: *“solicita-se ao órgão técnico que revise o trecho “devendo, no mesmo prazo, apresentar documentos dos veículos e a cópia das apólices ou documento formal de autosseguro apresentadas, antes do prazo determinado para o fornecimento dos veículos”, contido no item 6.1 do TR. Isso se faz necessário, pois o texto atualmente gera confusão ao afirmar que a documentação deve ser entregue juntamente com os veículos, mas também sugere que pode ser apresentada antes. É fundamental que essa informação esteja clara e precisa.”.*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Providência: A redação do item 6.1 do TR foi alterada, conforme sugestão apresentada.

NOTA ao órgão técnico 15: *entende-se, salvo melhor juízo, que as disposições constantes dos itens 6.1 e 8.27 do TR precisam ser ajustadas. Vide comentário constante da NOTA 14. Caso haja alteração, o TR deverá ser ajustado.”.*

Providência: As redações dos itens 6.1 e 8.27 do TR foram alteradas, conforme sugerido.

NOTA ao órgão técnico 16: *“pede-se órgão técnico para verificar a remissão constante do item 8.26, onde fala item 8.26, parece que o correto é item 8.25, pois as informações quanto à cobertura estão no item 8.25 e não no item 8.26.”.*

Providência: O item 8.26 foi alterado para fazer remissão ao item 8.25 do TR.

NOTA ao órgão técnico 17: *“pergunta-se ao órgão técnico, somente os veículos reservas deverão ser entregues com o tanque cheio? E, para os veículos titulares, não há essa exigência? Não foi encontrada essa exigência para os veículos titulares no TR. Caso haja alteração, o TR deverá ser ajustado.”.*

Providência: O item 8.1 do TR foi alterado para fazer constar a expressão “com tanque cheio”.

NOTA ao órgão técnico 18: *“pede-se ao órgão técnico para ratificar ou retificar a inclusão do texto destacado acima. Caso haja concordância, o TR deverá ser ajustado.”.*

Providência: alteramos a redação do item 8.14 do TR, conforme sugerido.

NOTA ao órgão técnico 19: *“pede-se ao órgão técnico para suprimir o seguinte trecho do item 8.35 do TR “A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como a verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção”, a fim de evitar duplicidade, uma vez que o mencionado texto já consta do item 8.32.”.*

Providência: A redação do item 8.32 do TR foi excluída de forma a sanar a duplicidade de informação.

NOTA ao órgão técnico 20: *“os itens 9.1 e 12.10 do TR contêm disposições sobre o recebimento do objeto, mas essas disposições são distintas. Realizou-se uma fusão dos itens mencionados, conforme a redação destacada acima. Portanto, solicita-se ao órgão técnico que ratifique ou retifique o texto apresentado. O ajuste deverá ser incorporado ao TR, de forma que todas as informações relacionadas ao recebimento estejam concentradas em um único local.”.*

Providência: A redação do dispositivo constante na Minuta foi incorporada ao item 9.1 do





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

TR e o item 12.10 foi excluído.

NOTA ao órgão técnico 21: *“pede-se ao órgão técnico para ajustar o texto dos itens 12.3, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7 do TR, conforme destacado acima. É fundamental que o órgão técnico exclua os termos “grupo” e “grupo único” do TR, pois não há grupos para esta contratação.”*

Providência: A redação dos itens foi alterada e as referências a “grupo” ou “grupo único” foram excluídas.

NOTA ao órgão técnico 22: *“pede-se ao órgão técnico para inserir no TR, justificativa quanto ao percentual de garantia exigido, em atendimento ao disposto no art. 18, Anexo III, do ADG nº 14/2022.”*

Providência: Alteramos a redação do item 14 do TR e justificamos o percentual solicitado a título de garantia. Além disso, reduzimos o índice para o igualar ao aplicado nos dois contratos de locação de veículo vigentes na Casa.

Recomendações da COPEL (NUP 00100.067019/2025-74)

NOTA 1: *“Relativamente à pesquisa de preços, verificou-se que o valor mensal por veículo lançado no mapa de cotações para o Item 2 da empresa QUALITY (R\$ 18.131,20) diverge ligeiramente do valor encontrado por esta Coordenação (R\$ 18.092,50). Como, atualmente, trata-se de um dos extremos obtidos e, portanto, não há impacto no preço estimado, por se ter adotado a mediana, entende-se, salvo melhor juízo, não ser necessária a correção. Porém, se eventualmente a pesquisa de preços for alterada no decorrer da instrução processual, sugere-se que se faça a correção.”*

Providência: Casa haja necessidade de ajuste na Pesquisa de Preço no decorrer da instrução, será feita a alteração, conforme sugerido pela COPEL.

NOTA 2: *“Ainda quanto à pesquisa de preços, verifica-se que, para o Item 2, foi utilizado o preço vigente atualmente no Contrato nº 81/2023, nos termos do 1º termo aditivo, que promoveu alteração qualitativa que teve significativo impacto, para menor, no preço contratado. Nos termos do 2º termo de apostilamento, até então o preço mensal vigente para o Item era de R\$ 15.430,45. Com a atualização do preço atual (R\$ 5.570,00), o preço mensal estimado, calculado pela mediana, resultou em R\$ 10.050,00, preço bastante inferior ao licitado em 2023 (Pregão Eletrônico nº 29/2023): R\$ 14.947,25. Diante disso, questiona-se o órgão técnico se não seria o caso de utilizar o preço registrado no segundo termo de apostilamento, com o objetivo de minimizar as chances de uma licitação fracassada ou deserta, em especial diante da fixação dos preços unitários estimados como*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

máximos aceitáveis, nos termos do item 10.2 da minuta de edital. Por oportuno, ressalte-se que o preço mensal estimado para o mesmo item no último edital era de R\$ 21.930,00.”.

Providência: Entendemos que o preço máximo aceitável para o item 2, veículo adaptado, encontra-se em patamar aceitável. Isso porque neste certame será aceito veículo seminovo, diferentemente do Pregão Eletrônico que resultou na contratação vigente, onde foi exigido o fornecimento de veículo novo. Além disso, o preço máximo fixado para a contratação (R\$ 10.050,00) chega próximo do dobro do valor praticado no contrato vigente (R\$ 5.570,00). Entendemos que essa margem é importante, tendo em vista tratar-se de veículo seminovo, de baixa quilometragem, importado e de característica singular, se comparado aos veículos nacionais: ser equipado com portas deslizantes.

NOTA 3: *“Em que pese haver, nos itens 3.1.2 e 3.1.2.1.2 do TR, justificativa para a exigência de capacidade técnica e para a fixação do quantitativo mínimo a ser comprovado por meio de atestado de capacidade técnica, recomenda-se justificar o requisito temporal elencado (12 meses) para aferição da experiência prévia, em consonância com o disposto §5º do art. 8º do Anexo III do ADG nº 14/2022.”.*

Providência: Acrescentamos a justificativa na alínea “b” do item 3.1.2.1.1 do TR.

NOTA 4: *“Sugere-se incluir, no Capítulo X da minuta de edital, a previsão padrão de exigência de apresentação de folders/prospectos/manuais/catálogos contendo o detalhamento das características técnicas dos veículos ofertados pelas licitantes.”.*

Providência: acrescentamos a exigência abaixo da tabela contida no item 1.1 no ANEXO I do TR.

NOTA 5: *“Acerca da exigência de capacidade técnica contida no item 11.3.1.1 da minuta de edital, questiona-se se será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo mínimo requerido (30 veículos)? Em caso positivo, sugere-se inserir tal previsão. Em caso negativo, entende-se necessário inserir, no T.R., justificativa robusta para a vedação do somatório.”.*

Providência: Foi acrescentada a alínea “c” ao item 3.1.2.1.1 do TR onde se permitiu o somatório de atestados a título de comprovação.

NOTA 6: *“Quanto à exigência de qualificação econômico-financeira estipulada pela alínea “a” do item 11.3.2.1 da minuta de edital, recomenda-se questionar a ADVOSF se o parâmetro para cálculo do patrimônio líquido a ser comprovado não poderia ser o valor anual da proposta, tendo em vista que o preço total estimado para 60 (sessenta) meses é de R\$ 81.018.450,00, o que significa que as licitantes precisarão comprovar um patrimônio líquido de pelo menos R\$ 8.101.845,00, caso não satisfaçam a condição alternativa*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

estipulada pela alínea “b” do mesmo item, o que tende a restringir o número de licitantes aptas à participação no certame vindouro.”.

Providência: Entendemos pertinente a observação da COPEL. Caso a referência seja o valor anual, como o é o período referente à prestação de garantia, ampliar-se-á o rol de participantes. Entretanto, como houve sugestão para se questionar a ADVOSF, não alteramos a redação do TR.

NOTA 7: *“No que se refere ao código CATSER indicado, informa-se que a única unidade disponível no SIASG (unidade) diverge daquela constante do Anexo 1 da minuta de edital (mês). Assim, com o intuito de evitar eventuais equívocos por parte das licitantes, recomenda-se acrescentar no Anexo 1 da minuta de edital, logo abaixo da tabela de preços estimados e quantidades, a seguinte observação: “Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital”.*

Providência: Acrescentamos na tabela do item 1, do ANEXO II do TR, a redação sugerida.

NOTA 8: *“Com relação às especificações, questiona-se ao órgão técnico se as marcas/modelos de referência indicados atendem plenamente às especificações fixadas pelo Anexo 2 da minuta de edital. Como a estipulação de marcas de referência gera, nas licitantes, a expectativa de que suas propostas serão aceitas, caso contemplem o modelo indicado, um eventual não atendimento de alguma especificação poderá resultar na anulação do certame. Por oportuno, no último certame promovido para o mesmo objeto (PE 29/2023), houve impugnação, acatada pelo órgão técnico, versando justamente sobre esse ponto.”.*

Providência: O tempo de instrução dos processos licitatórios por vezes ultrapassa o tempo de disponibilidade dos modelos que servem de referência para a especificação. Foi exatamente o que aconteceu no PE 29/2023. O encosto de cabeça rebatível do banco traseiro foi descontinuado na maioria dos modelos especificados ao longo da instrução. Não podemos garantir que o mercado automobilístico mantenha as mesmas características para os modelos novos. Em que pese isso, utilizamos elementos que são atuais e comuns entre veículos lançados recentemente.

NOTA 9: *“Ainda quanto às especificações, questiona-se ao órgão técnico se é possível aferir o cumprimento de todas as especificações a partir de manuais, catálogos ou prospectos dos veículos.”.*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Providência: Sim. As especificações técnicas podem ser conferidas nos manuais técnico dos veículos.

NOTA 10: *“No tocante ao modelo de apresentação de proposta (Anexo 5 da minuta de edital), questiona-se ao órgão técnico se não seria o caso de replicar as seguintes instruções de preenchimento, que constavam do modelo no edital do Pregão Eletrônico nº 29/2023...”*

Providência: Acrescentamos o texto sugerido abaixo da última tabela do anexo II do TR.

NOTA 11: *“Ainda quanto ao modelo de apresentação de proposta (Anexo 5 da minuta de edital), consta do item 3 do Anexo II do TR que “deverá constar da proposta a indicação da marca/modelo dos veículos a serem disponibilizados para a prestação dos serviços para viabilizar a análise da adequação da proposta em relação às exigências do edital”, porém tal disposição não foi refletida no Anexo 5 da minuta de edital. Sugere-se explicitar tal exigência, de forma a minimizar eventuais pedidos de correção das propostas durante a fase de julgamento, potencialmente aumentando a celeridade da condução do certame”.*

Providência: observação direcionada à COATC.

Com essas considerações, encaminhamos os autos para continuidade da instrução.

Respeitosamente,

Roberto Lara da Rocha
Coordenador da COGER





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	6
3. Requisitos do fornecedor	8
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	10
5. Modelo de gestão	12
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	13
7. Obrigações da CONTRATADA	14
8. Regime de execução	16
9. Condições de recebimento do objeto	23
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual.....	24
11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR	24
12. Forma de pagamento	26
13. Condições de reajuste	28
14. Garantia contratual.....	28
15. Plano de contratações.....	29
16. Responsável pela elaboração do TR	29
ANEXO I	30
1. Especificações técnicas do objeto	30
2. Critérios e práticas de sustentabilidade.....	32
ANEXO II.....	33
1. Valor estimado da contratação.....	33





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

TERMO DE REFERÊNCIA 01/2025 - SPATR

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços de empresa especializada em locação de veículos para atendimento aos Senadores e Alta Direção da Casa, no Distrito Federal - DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos, visando o atendimento às atividades do SENADO FEDERAL, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. Vale esclarecer as diferenças entre locação de veículos a pessoas físicas ou pequenos grupos (varejo) e locação de frotas (atacado). Não é comum, no ramo de locação de veículos, o fornecimento de combustível e lavagem automotiva para o varejo, aquela que se destina às pessoas físicas e pequenos grupos¹. Na locação de frotas, a oferta, além de comum, vem se tornando a tendência.

Em geral, o mercado atualmente oferece o serviço de locação de frotas de maneiras diversas, sendo as mais relevantes:

- locação + manutenção + combustível + motorista;
- locação + manutenção + combustível;
- locação + manutenção.

Nos modelos acima, frise-se, o serviço “locação” inclui taxas, impostos, seguro obrigatório e facultativo. Já o serviço “manutenção” inclui lavagem automotiva e revisões periódicas.

As relações comerciais em qualquer atividade passam por um natural processo evolutivo e que acabam por refletir-se nas contratações empreendidas por órgãos e entidades públicas, incorporando, ao longo do tempo, variações de modelos com o objetivo de ajustar-se a novos

¹ Edital PG-e nº 85/2021 - <https://www.camara.leg.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes>;

Edital PG-e nº 62/2018 - <https://contas.tcu.gov.br>





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

mercados e suas mais diversificadas exigências. As inovadoras ferramentas tecnológicas de gestão e de comunicação facilitam e tornam possíveis desafios antes tidos como complexos.

O gerenciamento de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos são hoje efetuados com ferramentas e instrumentos simples de gestão. Com tags, cartões, leitoras e senhas, o gerenciamento é efetuado “on line” a partir de simples soluções informatizadas em formato “web”. São vários programas disponíveis, inclusive com acesso para smartphones, desenvolvidas por redes de postos e, muitas vezes, pelas próprias locadoras. Quando não contratam gerenciadoras, o que vem se tornando mais raro, gerenciam elas mesmas, buscando reduzir os custos e negociando diretamente com rede de postos ou distribuidores. Algumas, inclusive, dispõem do chamado “caminhão comboio”, permitido pelas autoridades fiscalizadoras para abastecimento de frotas no local onde se encontram. Enfim, qualquer empresa ou locadora pode hoje, com facilidade, gerenciar o abastecimento de sua frota.

Outrossim, cabe frisar que o Senado pagará à futura CONTRATADA um valor por quilômetro efetivamente rodado. Ou seja, pagar-se-á pelo serviço efetivamente prestado, respeitadas as franquias mínimas de quilometragem indicadas no Termo de Referência, calculadas a partir das médias de deslocamento da frota nos anos de 2021/2022 e ainda nos anos de 2023/2024. Tal formato torna a contratação mais eficiente e racionaliza a gestão e a fiscalização, focando-a no resultado. Elimina a necessidade de fiscalização e monitoramento de contrato de abastecimento e lavagem. Tal tarefa passa a ser da futura CONTRATADA, uma vez que ao Senado interessará apenas a medição da quilometragem rodada para fins de pagamento.

O modelo proposto é intermediário (locação + manutenção + combustível) e elimina a figura do motorista. O formato já é adotado pelo Senado para veículos de serviço. O atual modelo de locação para veículos de serviço (Contrato nº 081/2023²), com vigência de 20/04/2023 até 19/10/2025 é exatamente o que aqui se pretende para veículos de Senadores.

Ainda quanto à vantagem dos “créditos em quilometragem”, há adequação à dinâmica das atividades legislativas, que apresenta meses de grande movimentação e outros (períodos de recesso parlamentar) com pouco ou nenhuma movimentação dos veículos. Tais quilometragens não utilizadas em um mês transformam-se em créditos para uso em meses em que eventualmente ocorram excedentes. Formato bastante racional também sob essa ótica.

² As informações concernentes ao Contrato nº 081/2023 estão disponíveis no link:

<https://www6g.senado.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/contratos/6773>





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser CONTRATADA

1.2.2.1. A contratação visa dar continuidade aos serviços prestados, todos descritos no Contrato nº 081/2023. O serviço é considerado de natureza continuada e se mostra necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições. A interrupção irá comprometer a continuidade das atividades. A contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro. Devido a sua importância, e no intuito de sempre melhor atender o Senado Federal, faz-se necessária a contratação, uma vez que o Órgão não dispõe de veículos para as atividades de transporte de Senadores, Diretor(a)-Geral, Secretário(a)-Geral da Mesa e Presidente do Senado.

1.2.2.2. A quantidade total de veículos será 80 (oitenta) unidades, obedecidas as seguintes especificações: Item I, 79 (setenta e nove), sendo 77 (setenta e sete) para os Senadores, 1 (um) para o (a) Secretário(a)-Geral da Mesa e 1 (um) para o(a) Diretor(a)-Geral. Item II, 1 (um) Veículo Adaptado para atendimento à Senadora Pessoa Com Deficiência;

1.2.2.3. O quantitativo de veículos apresentado no item anterior, Item I, pode sofrer redução ou acréscimo de até 5% do total, sem necessidade de aditivo de supressão ou acréscimo, condicionada à manifestação expressa do Senador que decline de seu direito ao uso do veículo. Tal medida visa atender à dinâmica de posse e licença de Senadores e suplentes, que não pode prescindir de agilidade na disponibilização de veículo ou de sua devolução. Assim, frequentemente ocorre de um Senador titular declinar de seu direito ao uso do veículo oficial;

1.2.2.4. Excepcionalmente será aceito veículo adaptado seminovo, quando a quilometragem for inferior a 70.000km rodados, para atendimento à Senadora Pessoa Com Deficiência;

1.2.2.5. Diante da dificuldade em localizar veículos novos no mercado que atendam as condições restritas do objeto, e ainda, pelo elevado valor estimado para contratação de novo veículo adaptado (valor esse muito superior ao aluguel dos veículos utilizados pelos demais Senadores, conforme pesquisa de preço realizada no documento de NUP 00100.85777/2024-93, e levando em consideração o curto período para o término do mandato da parlamentar, o gabinete manifestou-se pela razoabilidade de se utilizar veículo seminovo.

1.2.2.6. É cediça a necessidade de se garantir veículo disponível para todos os Senadores e Senadoras, incluindo parlamentar pessoa com deficiência, sendo este o interesse público do Senado em receber os veículos.

1.2.2.7. O pagamento pela prestação do serviço será efetuado de forma proporcional ao número de veículos disponibilizados.

1.2.2.8. O quantitativo previsto no termo de referência para a quantidade de 77 (setenta e sete) veículos para os Senadores deu-se em razão de parlamentares terem declinado expressamente do direito ao veículo.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo prover os Serviços de Transporte dos Senadores e Alta Direção da Casa, no Distrito Federal com veículos capazes de atender às necessidades inerentes à atividade Parlamentar. Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, pois a contratação de empresa para prestar serviços de locação de veículos se mostra mais vantajosa ao Senado Federal quando comparada à aquisição de novos automóveis. Dentre as vantagens do modelo de locação, destacam-se:

1.2.3.1.1. Custos iniciais reduzidos: a compra dos veículos geralmente envolve um alto custo inicial. Ao locar, esses custos iniciais são substancialmente reduzidos.

1.2.3.1.2. Renovação e atualização facilitadas: veículos para transporte de Senadores têm uma vida útil limitada devido ao desgaste constante durante o serviço. Com contratos de locação, é possível a renovação da frota após o término dos contratos, obtendo veículos mais novos e atualizados com tecnologia de segurança e comunicação.

1.2.3.1.3. Manutenção e serviço inclusos: contratos de locação podem incluir serviços de manutenção preventiva e corretiva, lavagem automotiva, seguro e outros reparos, o que permite uma economia de tempo e dinheiro para a Administração.

1.2.3.1.4. Desencargo com a depreciação: os veículos para transporte de Senadores, devido ao uso intensivo, podem se depreciar rapidamente. Ao locar, o Senado não precisa se preocupar com a depreciação do valor dos veículos, pois eles são devolvidos ao final do contrato.

1.2.3.1.5. Previsibilidade de custos: os contratos de locação especificam os custos totais ao longo da duração do contrato, permitindo à Administração uma maior previsibilidade dos valores que serão gastos com o objeto nesse período.

1.2.3.1.6. Possibilidade de substituição emergencial: o contrato pode incluir viaturas reservas que podem ser entregues ao órgão em caso de necessidade.

1.2.3.1.7. Diante das vantagens descritas e dos princípios da eficiência e economicidade, em consonância com o art. 267 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução nº 14/2022, esse modelo de gestão tem sido amplamente adotado por esta Casa Legislativa, tanto para os veículos de serviço, quanto para os veículos de representação e os de natureza especial.

1.2.3.2. Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que são essenciais para o desempenho das atividades parlamentar. Isso, porque os veículos devem ser capazes de garantir a segurança dos Senadores, das autoridades e da Alta Direção da Casa no Distrito Federal, considerando a necessidade de celeridade e eficiência no deslocamento.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. Contratos / Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídas com a contratação:

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
0081/2023	Prestação de serviços de locação de veículos para atendimento à Presidência do Senado Federal, Senadores e Alta Direção da Casa, no Distrito Federal – DF, sem motorista e com fornecimento de combustível, incluindo a prestação serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos, visando o atendimento às atividades do SENADO, durante 30 (trinta) meses consecutivos.	19/10/2025

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação, pois, uma vez que se trata de um serviço continuado com possível interesse da administração em prorrogar o contrato decorrente deste Termo de Referência, além de não estar prevista contratação frequente do objeto, não é conveniente a contratação parcelada e é possível determinar o quantitativo e características dos





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

veículos a serem locados estarem definidos. Dessa forma, a contratação em tela não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação por valor “global”, tendo em vista a condição de pagamento estabelecida no **item 12.5**, onde a diferença entre o valor do pagamento mínimo (franquia) e o efetivamente devido (quilometragem rodada), quando este for menor, será considerada crédito do Senado, exclusivamente para efeito de compensação de excedentes em faturamentos posteriores. Assim, se a soma da quilometragem rodada pelos veículos pertencentes ao item for menor do que a soma da quilometragem estabelecida como franquias – que garante à CONTRATADA o recebimento de pagamento mínimo mensal, os créditos poderão ser utilizados para o(s) veículo(s) pertencentes ao item onde a quilometragem excedeu a franquias. Entende-se que o critério não compromete a ampla participação de licitantes haja vista a capacidade para a execução da totalidade do objeto, por se tratar da natureza do negócio empresarial: a locação de veículos.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto, circunstância evidenciada pelas propostas constantes da pesquisa de preços. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto tão somente para a realização dos serviços de abastecimento e lavagem, na forma das alíneas abaixo.

2.7.2. Cumpre destacar que a CONTRATANTE não estabelecerá valores específicos para os serviços passíveis de subcontratação – lavagem e abastecimento, a fim de viabilizar maior competitividade entre os licitantes. Desse modo, entende-se inviável a aplicação do comando insculpido no art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o pagamento desses serviços se dará diretamente entre CONTRATADA e subcontratada.

- a) A permissão de subcontratação se faz necessária em razão da inviabilidade técnica de a futura CONTRATADA executar direta e integralmente o objeto, uma vez que os serviços de abastecimento e lavagem não são realizados por empresas locadoras de veículos, conforme as práticas de mercado.
- b) A subcontratação é facultativa, contudo, em caso de subcontratação parcial do objeto, esta não será obrigatoriamente destinada exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1 Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, haja vista o valor estimado da contratação ser superior a renda bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Capacidade Técnica

3.1.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.1.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, para garantia de qualidade, experiência, transparência e proteção do interesse público. O objeto do contrato envolve não somente a disponibilização dos veículos locados, mas a gestão da frota com disponibilização de veículo reserva, abastecimento, lavagem, manutenção, seguros, taxas e impostos. Dada a





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

complexidade dos serviços prestados, é imprescindível que as licitantes comprovem ter experiência e capacidade operacional para executar o objeto do futuro contrato.

3.1.2.1. Portanto, deverá a licitante apresentar:

3.1.2.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos, serviços de locação de, no mínimo, 30 (trinta) veículos, não necessariamente com as exatas especificações contidas no Anexo I desde edital.

a) Quanto às características, considera-se similar a execução dos serviços de locação de veículos, não necessariamente com as exatas especificações de execução estabelecidas no **Anexo I** deste TR.

b) Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no **subitem 3.1.2.1.1** (12 meses), será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes. O prazo de 12 meses é compatível com a prática do mercado para contratos de locação de veículos com a Administração Pública, sendo, portanto, um critério razoável, proporcional e alinhado com os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e da mitigação de riscos (art. 11 da Lei nº 14.133/2021). Além disso, permite aferir que a licitante possui experiência consolidada na gestão de contratos contínuos, assegurando a capacidade de manter a qualidade do serviço de forma estável, mesmo diante de variações operacionais, imprevistos ou demandas adicionais

c) Para a comprovação do quantitativo mencionado no **subitem 3.1.2.1.1** (30 (trinta) veículos), será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos e não concomitantes.

d) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

3.1.2.1.2 A exigência de atestado de capacidade técnica com comprovação mínima de 30 (trinta) veículos da frota prevista na licitação é justificada com base na **Lei nº 14.133/2021** e, por **analogia à IN nº 05/2017**, que orienta sobre planejamento e análise de riscos nas contratações. Essa exigência garante que o licitante tenha experiência proporcional ao porte da contratação, o que contribui para a **segurança na execução, mitigação de riscos e eficiência na prestação do serviço**. Além disso, os atestados devem estar vinculados à atividade econômica da empresa, conforme seu contrato social, assegurando a **compatibilidade técnica** com o objeto licitado.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

3.1.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, pois não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.1.4. Qualificação econômico-financeira

3.1.4.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.1.4.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

3.1.4.3. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

3.2. Necessidade de apresentação de amostras

3.2.1. O procedimento de apresentação de amostras por parte da licitante vencedora não se aplica ao objeto desta contratação.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que o valor estimado da contratação é superior ao limite previsto para se dispensar licitação, e a contratação objetiva a prestação de serviços, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato decorrente deste termo de referência terá vigência por 60 (sessenta) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1.1. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve ao fato de os veículos serem instrumentos essenciais e indispensáveis à adequada prestação dos serviços de transporte dos Senadores e Alta Direção da Casa, no Distrito Federal – DF.

4.2.1.2. Considerando a experiência adquirida em contratações anteriores — nas quais as pesquisas de preços realizadas para instruir as prorrogações evidenciaram valores superiores aos contratos vigentes —, avaliamos que a fixação do prazo contratual máximo de 60 (sessenta) meses, conforme previsto em lei, representa a opção mais vantajosa para a Administração. Tal medida reduz os custos e a carga administrativa relacionados à tramitação de sucessivas prorrogações, além de proporcionar maior previsibilidade e segurança contratual. A vigência estendida também permite à





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

CONTRATADA distribuir melhor os custos ao longo do tempo, favorecendo a obtenção de condições mais equilibradas e econômicas para ambas as partes.

4.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência contratual.

4.2.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Gestores indicados para a presente contratação:

Para gestor titular:

Nome: MARCELO PUGET MONTEIRO

Matrícula: 52775

Lotação: SETRAN Ramal: 4411/4412

Telefones: (61) 98262-0004

Para gestor substituto:

Nome: SANDRO JACINTHO DE ALMEIDA

Matrícula: 365820

Lotação: SETRAN Ramal: 4411/4412

Telefones: (61) 99984-8312

5.2. Forma de comunicação entre as partes

A comunicação entre o SENADO e a empresa CONTRATADA se dará por *e-mail*: lara@senado.leg.br, mpuget@senado.leg.br e sandro.almeida@senado.leg.br. Caso seja pessoalmente ou por meio de documento físico, Serviço de Transportes – SETRAN - Senado Federal, bloco 19, Setor de Garagens Ministeriais Norte, CEP: 70.165-900, Brasília – DF.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A CONTRATADA executará os serviços objeto deste Termo de Referência, compreendendo a disponibilidade dos veículos novos no prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, entregando-os no Serviço de Transportes – SETRAN, do Senado Federal, bloco 19, no Setor de Garagens Ministeriais Norte, CEP: 70165-900, Brasília – DF, juntamente com a entrega dos veículos, deverão ser entregues os documentos dos veículos e a cópia das apólices **ou documento formal de autosseguro.**

6.2. Caso haja prorrogação contratual o prazo para entrega dos novos veículos será igual ao do tópico anterior, a contar da assinatura do termo aditivo de prorrogação. No entanto, a prestação dos serviços





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

não será interrompida nesse caso, uma vez que podem ser utilizados os veículos antigos até a sua substituição.

6.3. O prazo para início da execução do contrato poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

7. Obrigações da CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. Manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.5. Manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

7.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.7. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.8. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

7.1.9. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas;

7.1.10. Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

7.1.11. Buscar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;

7.1.12. Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente/PA, destacando-se a Lei federal nº 8.723/93, Resolução CONAMA nº 16/93, Portaria IBAMA nº 85/96;

7.1.13. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos;

7.1.14. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende à Resolução CONAMA nº 416, de 30 de setembro de 2009.

7.1.15. Os veículos disponibilizados deverão estar enquadrados nas categorias de maior eficiência energética do PBE (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular) específica para a categoria;

7.1.16. Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista na Resolução nº 362, de 23 de junho de 2005, alterada pela Resolução nº 450, de 2012, do CONAMA.

7.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

7.3. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.3.1. Assumir todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a combustíveis, lavagens, manutenção, sinistros, multas, pedágio, impostos, estacionamento, taxas, licenciamentos, seguros obrigatórios e facultativos, inclusive a Taxa Anual de Utilização de Placa de Bronze, cobrada anualmente pelo DETRAN-DF, lacres e taxas de colocação de lacres (no caso de utilização e retirada de placas de bronze), e ainda, outras que incidam direta ou indiretamente sobre os





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

serviços ora contratados, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências;

7.3.2. Informar à CONTRATANTE qualquer irregularidade que ocorrer com o velocímetro, com seus lacres ou com o hodômetro, devendo neste caso ser apurada a medição da quilometragem devida e a correção providenciada de imediato.

7.4. Obrigações do CONTRATANTE

7.4.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;

7.4.2. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;

7.4.3. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

7.4.4. Efetuar, diariamente ou quando julgar necessário, inspeção nos veículos colocados à sua disposição, com a finalidade de verificar as condições de conservação e manutenção;

7.4.5. Controlar as quilometragens iniciais e finais de cada mês, aferidas no momento do abastecimento dos veículos. Tais informações deverão ser registradas em software específico, disponibilizado pela CONTRATADA, sem prejuízo do controle executado pelo sistema do Senado Federal, prevalecendo o do Senado Federal, em caso de divergência;

7.4.6. Exigir, mediante justificativa, o imediato afastamento e substituição de qualquer preposto que não cumpra as normas do Senado Federal na execução dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

7.4.7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços ou fornecimento executados em desacordo com o Contrato a ser celebrado.

8. Regime de execução

8.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser prestados através da entrega dos veículos com tanque cheio no Serviço de Transportes do Senado Federal, situada no Setor de Garagens





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

Ministeriais, Via N-3, Plano Piloto, no dia e horário indicados pelo CONTRATANTE para o início das atividades.

8.2. A CONTRATADA deverá manter atendimento à CONTRATANTE nos dias úteis de segunda-feira a sexta-feira das 7h às 19h e aos sábados das 7h às 12h;

8.3. A CONTRATADA deverá indicar um *e-mail* e um telefone para contato e acionamento das ordens de serviço no horário de atendimento estipulado;

8.4. A CONTRATADA deverá responder em até 24 (vinte e quatro) horas aos acionamentos realizados no horário de atendimento estipulado;

8.5. A CONTRATADA deverá dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade verificada na locação dos veículos;

8.6. A CONTRATADA deverá prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às demandas sobre as locações;

8.7. A CONTRATADA deverá implementar, de forma adequada, o planejamento, a execução e a supervisão permanente das locações, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

8.8. A CONTRATADA deverá apresentar relação dos veículos 2 (dois) dias úteis antes do previsto para o início da locação, onde deverá constar: marca, modelo, placa, ano de fabricação, quilometragem e tipo de combustível;

8.9. A CONTRATADA somente disponibilizará os veículos para locação, quando autorizados por escrito pelo CONTRATANTE;

8.10. Os veículos deverão atender às especificações contidas no Anexo I deste instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN-DF;

8.11. A locação dos veículos se dará mediante a disponibilização nas quantidades relacionadas neste Termo de Referência;

8.12. Os veículos serão utilizados no regime de franquia por quilometragem, com livre circulação no Distrito Federal e entorno, considerado este como a localidade compreendida a uma distância máxima





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

de 100 (cem) quilômetros, contados a partir do Senado Federal, conforme normativo interno (Regulamento Administrativo do Senado Federal, Art. nº 251, parágrafo único);

8.13. Os abastecimentos serão de responsabilidade da CONTRATADA junto a empresa especializada no ramo, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, com todas as certificações e licenças exigidas pelos órgãos competentes, situada a uma distância máxima de 8 (oito) quilômetros, a contar do Senado Federal;

8.13.1. A distância exigida visa concentrar os procedimentos de abastecimento no Plano Piloto, favorecendo a logística e a execução contratual.

8.14. Os próprios motoristas do Senado Federal serão responsáveis pelo transporte até os pontos de abastecimento e lavagem indicados pela CONTRATADA;

8.15. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro obrigatório e outros, previstos no Código de Trânsito Brasileiro;

8.16. Os veículos deverão estar devidamente licenciados no Distrito Federal, para fins de emplacamento com placas de bronze, fornecidas pelo Senado, exclusivas de Senadores, cuja autorização deve ser efetuada pelas autoridades de trânsito locais;

8.17. Autorizar o CONTRATANTE a colocar nos veículos locados, placas de natureza especial, devidamente autorizadas pelos órgãos de trânsito;

8.18. Comprovar, na data prevista para a entrega dos veículos, que dispõe de quantitativo de veículos de reserva não inferior a 5% do total locado disponíveis do Distrito Federal, em perfeitas condições de utilização, conservação, funcionamento, segurança, da mesma marca, modelo e ano dos veículos titulares, de uso exclusivo do Senado Federal, com placas de bronze fornecidas pelo CONTRATANTE, com especificações que atendam às exigências deste Termo de Referência. A verificação do quantitativo poderá ocorrer também a qualquer tempo, durante a vigência deste instrumento contratual, a critério do gestor do contrato. Para os veículos especificados no item 2, não será exigida reserva exclusiva para o Senado. Diante da necessidade de substituição dos veículos dessa





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

categoria, poderá a CONTRATADA utilizar-se de outro disponível em sua frota, desde que possua as especificações constantes nesse Termo de Referência para a categoria.

8.19. Os veículos de reserva indicados no item acima devem ser utilizados exclusivamente na substituição dos titulares do contrato com o Senado Federal;

8.20. A guarda dos veículos reservas ocorrerá sempre no Serviço de Transportes – SETRAN, do Senado Federal, bloco 19, no Setor de Garagens Ministeriais Norte, CEP: 70.297-400, Brasília – DF;

8.21. Os veículos reservas serão disponibilizados pela CONTRATADA com tanque cheio e serão devolvidos pela CONTRATANTE também com tanque cheio;

8.22. Os veículos reservas também deverão, como os veículos titulares, portar placas de bronze fornecidas pelo CONTRATANTE;

8.23. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto no **item 8.38**, fica resguardado ao Senado Federal o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas neste contrato;

8.24. Eventual utilização de todos os veículos de reserva indicados no **item 8.18**, não isenta a CONTRATADA da responsabilidade da substituição de quantos veículos titulares forem necessários. Neste caso, a substituição poderá se dar por categoria semelhante (SUV), sem a exclusividade inerentes aos veículos disponibilizados em razão do contrato;

8.25. A CONTRATADA apresentará os veículos com seguro total, sem franquia para o Senado Federal, com cobertura compreensiva para roubo, furto, incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência contratual, sendo que:

8.25.1. No caso de APP (Acidentes Pessoais de Passageiros) – morte ou invalidez – o valor deverá ser de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

8.25.2. No caso de RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos) – danos materiais ou corporais – o valor deverá ser de, no mínimo, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.26. A CONTRATADA poderá utilizar-se de sistema de autosseguro nas mesmas condições daquelas praticadas pelo mercado securitário, desde que documentalmente formalizadas e aprovadas pela CONTRATANTE, com exceção do seguro contra terceiros e observando as coberturas





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

estabelecidas no **item 8.25**. A apólice de seguro contra terceiros, deverá ser apresentada ao Senado Federal quando da entrega dos veículos e, sempre que necessário, durante a execução contratual;

8.26.1. O seguro deve prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro com guincho, por intermédio de sistema de acionamento do seguro a ser informado no ato de entrega dos veículos.

8.27. Aprovada a proposta de seguro pela CONTRATANTE, com seguro total e para terceiros para danos materiais e pessoais, a CONTRATADA deverá entregar a cópia das apólices ou **documento formal de autosseguro** apresentadas, juntamente com a entrega dos veículos, devendo disponibilizar para a Senado Federal, o contato telefônico 24 (vinte e quatro) horas, para acionamento dele;

8.28. Os pequenos reparos, considerados aqueles que não importem no acionamento do seguro, devem ser realizados por conta da CONTRATADA;

8.29. Também são de responsabilidade da CONTRATADA os reparos não cobertos pelo seguro por ela contratado, por exemplo, atos de vandalismo, incidentes ocorridos durante manifestação no Congresso Nacional e danos causados por intempéries climáticas;

8.30. A CONTRATADA deverá renovar os veículos locados ao Senado Federal a cada 30 (trinta) meses, a contar da assinatura do contrato, por veículos zero quilômetro, com as mesmas características e especificações contidas neste Termo de Referência;

8.31. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas;

8.31.1. As manutenções serão agendadas por telefone ou através de aplicativo ou sítio eletrônico da CONTRATADA, sendo que, após definidas as datas, horários e locais da manutenção, quaisquer alterações deverão ser imediatamente comunicadas à Gestão e ao condutor do veículo;

8.31.2. Em função da previsibilidade dos serviços e gastos com peças, as manutenções preventivas devem contar com orçamento pré-aprovado junto à concessionária onde a revisão será realizada, com vistas à celeridade na devolução do veículo ao condutor;

8.31.3. No caso de manutenções corretivas, o orçamento para execução dos serviços deve ser aprovado pela CONTRATADA em ATÉ 40 minutos, contatos a partir do horário agendado para a referida manutenção;

8.32. Após cada manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá efetuar lavagem completa do veículo;

8.33. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados no prazo de 2 (dois) dias úteis e serão sempre executados pela CONTRATADA em sua sede ou em empresa por ela determinada, em qualquer caso, no Distrito Federal;

8.34. A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como a verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção e realizar os ajustes necessários, inclusive cambagem.

8.34.1. Os pneus deverão ser substituídos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação feita pelo gestor do contrato, quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 (três) mm, sendo que a identificação deste desgaste é feita pela TWI (Thread Wear Indicators);

8.35. A CONTRATADA deverá comprovar, quando solicitado pelo gestor do contrato, a execução dos serviços de manutenção exigidos neste Termo de Referência, mediante nota fiscal ou declaração;

8.36. A CONTRATADA deverá disponibilizar 5 (cinco) lavagens tipo americana (interna e externa) por mês e por veículo, não cumulativas, a serem usufruídas a critério da CONTRATANTE, podendo





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

ser executadas em todos os dias da semana, inclusive sábados e domingos, sempre que o CONTRATANTE julgar necessário.

8.37. Os serviços de lavagem deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA junto a empresa especializada no ramo, com todas as certificações e licenças exigidas pelos órgãos competentes, situada a uma distância máxima de 8 (oito) quilômetros, a contar do Senado Federal;

8.38. A CONTRATADA deverá substituir no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado do recebimento da notificação por e-mail, os veículos que estejam indisponíveis, seja em razão de sinistros, manutenção preventiva que ultrapasse o prazo de 2 (dois) dias úteis, reparos mecânicos, má conservação e más condições de segurança, bem como nos casos em que os veículos sejam caracterizados como inadequados para a locação, assim considerados os veículos que divergirem ou não se enquadrarem nas especificações contidas neste Termo de Referência;

8.38.1. Os veículos reservas deverão ser da mesma categoria, marca e modelo do veículo substituído e na cor preta metálica;

8.39. As substituições deverão ocorrer nas dependências do Senado Federal, com a presença do gestor ou servidor por ele indicado. Em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, as substituições poderão ocorrer em outro local;

8.40. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados, observado o seguinte procedimento:

8.40.1. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento, as notificações de autuação emitidas pelos órgãos de trânsito, de modo a resguardar o direito, por parte dos condutores, de apresentação de defesa prévia e de interposição de recurso;

8.40.2. Nos casos em que a CONTRATANTE não for notificada dentro do prazo supracitado, a CONTRATADA se responsabilizará integralmente pelo pagamento das importâncias referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias, decorrentes de infrações;

8.40.3. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA os dados do condutor responsável pela infração para registro de pontuação e demais penalidades em seu prontuário;

8.40.4. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA os casos em que o condutor infrator optar por pagar a multa pelo sistema de notificação eletrônica, nos termos do art. 284, §1º, do Código de Trânsito Brasileiro;

8.40.5. Nos casos em que o infrator não manifeste intenção de recorrer e não opte pelo pagamento por meio do sistema de notificação eletrônica, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA para

